

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA - UFU**  
**FACULDADE DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS - FACIC**  
**GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**LUIS FILLIPI RIBEIRO RASSI**

**GESTÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: um**  
**estudo em paróquias católicas de uma Diocese de Minas Gerais**

**UBERLANDIA**  
**MAIO DE 2023**

**LUIS FILLIPI RIBEIRO RASSI**

**GESTÃO CONTÁBIL-FINANCEIRA EM ORGANIZAÇÕES RELIGIOSAS: um  
estudo em paróquias católicas de uma Diocese de Minas Gerais**

Artigo acadêmico apresentado à Faculdade de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.

**Orientador: Prof. Dr. Reiner Alves Botinha**

**UBERLÂNDIA**

**MAIO DE 2023**

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo verificar como as organizações religiosas exercem a gestão contábil-financeira. Para isso, foram investigadas paróquias de uma diocese do estado de Minas Gerais. Para tanto, foi realizada uma pesquisa qualitativa com líderes religiosos, por meio de entrevistas estruturadas em nove paróquias de uma diocese do estado de Minas Gerais. A partir da análise das entrevistas, foi possível identificar que a maior parte dos líderes religiosos não possuem prática e facilidade para utilização de ferramentas financeiro/contábeis para facilitar a gestão e tomada de decisões, sendo essas muitas vezes tomadas através de experiências. A maioria dos párocos que participaram da amostra não utilizam relatórios contábeis para tomar decisões, nem tampouco utilizam artefatos da contabilidade para o controle financeiro da entidade. O estudo contribui para a compreensão da utilização dos instrumentos contábeis na gestão eclesial e para o enfrentamento dos desafios da administração de organizações religiosas.

**Palavras-chaves:** Contabilidade aplicada ao Terceiro Setor. Associações religiosas. Gestão contábil.

**ABSTRACT**

*This work aims to verify how religious organizations carry out accounting and financial management. For this, parishes of a diocese in the state of Minas Gerais were investigated. For that, qualitative research was carried out with religious leaders, through structured interviews in nine parishes of a diocese in the state of Minas Gerais. From the analysis of the interviews, it was possible to identify that most religious leaders do not have the practice and facility to use financial/accounting tools to facilitate management and decision-making, which are often taken through experiences. Most parish priests who participated in the sample do not use accounting reports to make decisions, nor do they use accounting artifacts for the financial control of the entity. The study contributes to the understanding of the use of accounting instruments in ecclesiastical management and to face the challenges of administering religious organizations.*

**Keywords:** *Accounting applied to the Third Sector. Religious associations. Accounting management.*

## 1 INTRODUÇÃO

Com a complexidade de atos e formalidades realizadas dentro de uma instituição religiosa e com o aumento de casos de lavagem de dinheiro e outras práticas de corrupção (ISTO É, 2019), é necessário que as Igrejas protejam os participantes, bem como os bens pertencentes a ela.

Para assegurar a saúde financeira assim como resguardar a instituição de possíveis casos de corrupção e escândalos, a Igreja Católica, junto com o governo brasileiro, constituiu o marco jurídico denominado Acordo Brasil-Santa Sé (CNBB, 2019).

Tais medidas são necessárias para que casos de corrupção não continuem a acontecer, como o caso descoberto em Americana (interior de São Paulo), no ano de 2019, em que se constatou um esquema de corrupção utilizando obras caritativas e paróquias da Igreja Católica, prejudicando a fé dos fiéis e a responsabilidade socio-ética das igrejas (ISTO É, 2019).

Estudos anteriores foram realizados com a finalidade de descrever o uso da contabilidade em entidades religiosas (SILVA, 2009; SANTOS *et al.*, 2013; FARIA; REGO, 2014; ALVES *et al.*, 2017; QUEIROZ, 2018). Silva (2009) buscou descrever e elencar as demonstrações e a prestação de contas de uma entidade religiosa. Queiroz (2018) procurou expressar, por meio de números, como as organizações religiosas utilizam as demonstrações e apoio contábil na tomada de decisões. Alves *et al.* (2017) demonstrou a utilização da Demonstração de Fluxo de Caixa para as entidades desse setor. Santos *et al.* (2013) buscou descrever a evolução das entidades religiosas no Brasil e a conformidade com as normas contábeis no processo de escrituração dessas entidades (SANTOS *et al.*, 2013).

Visando aprofundar mais na compreensão acerca da contabilidade aplicada ao terceiro setor, sobretudo às entidades religiosas, desenha-se o objetivo da pesquisa. A pesquisa possui como objetivo geral verificar como as organizações religiosas exercem a gestão contábil-financeira. Para isso, foram investigadas paróquias de uma diocese do estado de Minas Gerais. Com isso são elencados os seguintes objetivos específicos: (i) conduzir pesquisa bibliográfica acerca do tema; (ii) verificar o grau de utilização dos conhecimentos da Contabilidade Gerencial nas paróquias da Igreja Católica da amostra; (iii) identificar os facilitadores e dificultadores para que ocorra uma gestão eficaz.

O estudo acerca da forma de gestão, bem como o grau de conhecimento dos líderes das citadas instituições nas organizações religiosas no Brasil, possui importância frente aos objetivos caritativos e à estruturação de uma paróquia para o contínuo trabalho da igreja.

Devido a diversos escândalos de utilização imprópria de instituições de terceiro setor, com casos também nas organizações religiosas, para lavagem de dinheiro e atividades ilícitas (ISTO É, 2019), fez-se necessário uma maior fiscalização por parte dos órgãos do governo, indiretamente, exigindo um grau de conhecimento gerencial, contábil e estratégico na gestão das igrejas.

Sendo as entidades religiosas enquadradas no Decreto 3000 de 1999, que expressa a utilização de diversos meios e demonstrativos contábeis com fins fiscalizatórios, estas deveriam também utilizar-se desses e outros meios a fim de gerir o negócio em que estão inseridas para uma melhor continuidade e segurança da instituição, porém muitas ainda não possuem o conhecimento de tal ferramenta (SILVA, 2009).

Outro ponto a justificar o desenvolvimento da pesquisa refere-se à ineficiência da gestão de recursos, fazendo com que, em períodos adversos, ocorram dificuldades financeiras e até de continuidade da realização das celebrações, atividades religiosas e caritativas da qual a entidade se propõe a realizar. Como exemplo, o advento da Pandemia da Covid-19 que fez com que muitas igrejas fechassem as suas portas para a presença física de fiéis, trouxe a necessidade de se reinventar para continuarem seu trabalho caritativo e religioso. (BERNARDES, 2020, p. 61)

Além disso, por não possuírem um formato de reservas de lucros, há também os riscos de continuidade das atividades devido à condição financeira da instituição por falta de doações. Destaca-se que muitas igrejas não possuem um sistema de gestão capaz de gerar segurança, além da receita de doações mensais por parte do dízimo recebido por elas.

A atual pesquisa visa colaborar para que o tema seja mais amplamente estudado e debatido, com a finalidade de gerar uma maior segurança de informações e valores das instituições por ela estudadas e dos fiéis participantes, visto que a contabilidade serve como tomada de decisão e controle da gestão empresarial também dentro das organizações religiosas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Terceiro Setor**

Segundo Camelo (2006), a ordem sociopolítica da sociedade, apesar de complexa, é dividida em três setores que englobam indivíduos que convivem entre si. São elas: (i) Primeiro Setor, que tem como agente o Governo e o poder público - utilizando bens públicos para fins públicos; (ii) Segundo Setor, que é ocupado pelas Empresas Privadas – atuam em benefício

particular; e (iii) Terceiro Setor, que tem como ocupante as Entidades Sem Fins Lucrativos – que desempenham ações de caráter público.

Segundo o IBGE (2016), o terceiro setor, até 2010, vinha crescendo no país, porém, no censo de 2016, o número reduziu na faixa de 50%. Apesar da crise econômica vivida pelo Brasil desde 2013, a redução é considerável e pode estar ligada à má administração de tais entidades presentes nesse setor. Para entendimento de tal setor é necessária uma breve conceituação.

Não é fácil encontrar uma definição clara e objetiva para ESFL – entidades sem fins lucrativos, pois, para eles, a expressão sem fins lucrativos não reflete, por si só, o que são e qual o efetivo papel que desempenham no contexto social, econômico e político contemporâneo. Visto que a expressão sem fins lucrativos não significa que as ESFL não possam obter superávit, pelo contrário, o superávit é indispensável para a sua sobrevivência, assim como em qualquer outra empresa.” (OLAK; NASCIMENTO, 2006 apud CARNEIRO *et al.*, 2011, p 92).

A atuação das entidades do terceiro setor é a prestação de serviços relacionados a direitos civis, como saúde e educação.

Embora algumas entidades sejam autossuficientes, a maioria delas é financiada pelos setores público e privado. Quanto ao financiamento público, normalmente é realizado através de projetos junto a órgãos governamentais, já no financiamento privado deriva-se, majoritariamente, de doações (GOLLO *et al.*, 2014, p. 104).

Faz-se necessário destacar que apesar de reguladas, as entidades de terceiro setor recebem, pelos autores, os mais diversos nomes (Organizações e Entidades Sem Fins Lucrativos, Não Governamentais, Sociais Civis etc.), tratando apenas de diferenciação linguística, porém com o mesmo significado. Considera-se, assim, todas sinônimas nessa pesquisa.

Para Piza *et al.* (2012) as organizações, por ele denominadas Organizações Sociais Civis (OSC), e aqui tratadas como entidades do terceiro setor, trata-se de organizações originadas por participantes da sociedade civil com intuito de agregar apoio à causa coletiva desta mesma sociedade.

Conforme expressa Carneiro *et al.* (2011), as entidades de terceiro setor surgem após a incapacidade do Estado de suprir integralmente as necessidades da sociedade civil (com o advento das mudanças capitalistas em 1970), buscando formas de suprimir ou diminuir os problemas deixados com a falha do sistema, desprendidas do conceito de estado e segundo setor, criando assim a denominação de terceiro setor.

Completado assim por Lima (2019): a não capacidade do Estado faz com que a criação de entidades sociais, criadas por indivíduos civis, se realize com o intuito de suprir a falta de serviços assistenciais por parte do governo.

Percebe-se, portanto, a utilidade das entidades aqui citadas para o desenvolvimento econômico, social e político de uma realidade humana, sendo necessário o estudo e aperfeiçoamento da gestão desta.

## 2.2 Gestão nas Entidades de Terceiro Setor

Camelo *et al.* (2006) delimita que a utilização da contabilidade como ferramenta gerencial vem mostrando sua maestria desde os tempos primórdios, através do aspecto patrimonial e econômico e tornou-se necessária no ambiente empresarial pela qualidade de informações e detalhes que ela expressa.

Gollo *et al.* (2014), de forma complementar, expressa que, tendo em vista a importância do terceiro setor, as organizações que o compõem devem adotar uma política de atuação transparente, prestar contas e divulgar seus demonstrativos. Com isso, além de transparentes, as organizações do terceiro setor também poderão aumentar sua credibilidade perante à sociedade e suas instituições financeiras.

Sendo assim, a utilização dessas práticas de transparência nas entidades de terceiro setor deve não apenas ser encorajada, mas necessária, pois tornam-se elas um facilitador da gestão, tornando possível um melhor desempenho.

Cheng e Mendes (1989, p. 1), expressam a necessidade de uma gestão empresarial eficaz: “A empresa vista como um sistema aberto, possui uma missão, um modelo de gestão, uma estrutura organizacional, um processo de planejamento e controle e um sistema de informações, que se inter-relacionam buscando atingir a eficácia” (...) “Sob este enfoque acreditamos que os gestores terão mais informações para a tomada de decisão e, portanto, menor risco de erro, dando mais um passo para atingir a eficácia gerencial e contribuindo para o crescimento da Empresa.”

A pesquisa de Carneiro *et al.* (2011) concluiu que a implantação de um sistema de prestação de contas em uma entidade de terceiro setor é necessária e cria-se credibilidade, porém a realização dessa deve ser voluntária e não obrigatória. Percebeu-se também que existe um interesse e desejo da realização da prestação de contas, porém esta não é repassada à sociedade acreditando que, por não receber ajuda da sociedade e sim do governo, não lhes seria necessário a prestação de contas à comunidade.

Além disso, Falconer (1999, p. 24) expressa, ao conceituar e exemplificar, acerca da dificuldade de desenvolvimento do terceiro setor.

o maior desafio do terceiro setor é o desenvolvimento da capacidade gerencial das organizações que o compõem. A baixa competência em gestão das organizações sem fins lucrativos é, na visão dominante no Brasil e em outras partes, o principal limitador à realização da promessa do terceiro setor.

O terceiro setor possui algumas divisões internas que possibilitam uma maior organização e legislação sobre ele. Primeiramente tem-se as OSCIPs que, segundo o SEBRAE (2020), é uma qualificação jurídica atribuída a diferentes tipos de entidades privadas, atuando em áreas típicas do setor público com interesse social, que podem ser financiadas pelo Estado ou pela iniciativa privada sem fins lucrativos.

Além dela temos as Entidades Beneficentes que são prestadoras de serviços a áreas mais carentes na sociedade, como asilos, orfanatos etc. Há casos em que essas entidades se auto subsidiam por meio da venda de trabalhos, produtos que confeccionam e ações com seus atendidos.

Existem também os Institutos, que são ligados à pesquisa e estudos nas mais diversas áreas; e das Fundações que atuam na captação de recursos para as áreas científicas, cultural ou social (SEBRAE, 2020).

### 2.3 Organizações Religiosas

Dentro da conceituação de Entidades de Terceiro Setor existem as Organizações Religiosas, objeto de estudo da presente pesquisa e, assim, faz-se necessário um maior entendimento sobre elas. A fim de conceituar organizações religiosas, a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no seu livro Marco Jurídico das Organizações Religiosas, determina que as organizações religiosas possuem alguns critérios para assim serem determinadas, podendo-se citar:

(...) a) são pessoas de direito privado; b) não possuem finalidade lucrativa; c) possuem liberdade de criação, de organização, de estruturação interna de funcionamento; d) tem como prerrogativa não poder ter negado pelo poder público o reconhecimento ou registros dos atos constitutivos e necessários ao seu funcionamento; e e) podem dedicar-se a atividades e projetos de interesse público e de cunho social (CNBB, 2019, p. 37).

Por fazerem parte das entidades do terceiro setor, as organizações religiosas são também tratadas por diversos vocativos, como entidades, instituições e organizações religiosas, sendo estes apenas sinônimos da mesma realidade.

Contudo, França *et al.* (2015 apud VERISSIMO *et al.*, 2020, p. 75) expressa: “As organizações religiosas são pessoas jurídicas formadas por pessoas unidas para realizarem

atividades voltadas à religiosidade e à profissão da fé, tais atividades não visam o lucro e muitas vezes são voltadas para a coletividade”.

Apresentando assim uma conceituação mais sucinta e restrita ao ato realizado pela entidade, Santos *et al.* (2013) declara que a expressão de não finalidade de lucro acerca das atividades das entidades religiosas não significa não buscar um resultado positivo, afinal residem, como em qualquer atividade, sejam de primeiro, segundo ou terceiro setor, gastos e investimentos a serem realizados para a continuidade da atividade.

Segundo Silva (2009), as entidades religiosas, ao invés de utilizar de meios antitéticos para aumentarem seu patrimônio, devem buscar aumentar a transparência de distribuição de recursos, uma vez que, exercem funções que são de interesse público e por isso possuem benefícios fiscais.

## **2.4 Estudos Anteriores**

Silva (2009) desenvolveu uma pesquisa qualitativa, com o objetivo de descrever e elencar as demonstrações e a prestação de contas de uma entidade religiosa, dando detalhes de cada uma das demonstrações obrigatórias às já citadas entidades. A pesquisa resulta em uma constatação da formulação da instituição por dois órgãos: o deliberativo e o executivo, expressando as obrigações de cada um deles, a quais órgãos são de competência, a fiscalização e prestação de contas por parte da entidade, além de demonstrar todas as obrigações das organizações religiosas.

Queiroz (2018), adotando uma abordagem quantitativa, realizou uma pesquisa com o objetivo de expressar a realidade, por meio de números, com que as organizações religiosas utilizam as demonstrações e apoio contábil na tomada de decisões. A pesquisa percebe que a maioria das organizações se utiliza da escrituração contábil, principalmente Balanço Patrimonial e Demonstração de Fluxo de Caixa, porém a periodicidade da utilização destas, para tomada de decisão, é grande, levando a crer que as decisões podem estar sendo tomadas através de outros meios.

O trabalho de Alves *et al.* (2017) trata-se de um estudo de caso, realizado com o objetivo de demonstrar a grata e favorável utilização da Demonstração de Fluxo de Caixa para as entidades desse setor. Através de uma Igreja Evangélica os autores exemplificaram e mostraram a necessidade e utilidade da DFC para um maior controle e tomada de decisões pelas instituições, mesmo estas utilizando o Regime de Caixa.

O estudo de Faria e Rego (2014) teve por objetivo identificar se a *Accountability* estava sendo utilizada na instituição em questão e como a entidade realizava o demonstrativo de suas atividades, utilizando uma pesquisa quantitativa. Atentou-se que a transparência existe e os paroquianos e o administrador (pároco) são os principais responsáveis para a realização desta, além da alta importância de tal transparência sobre as atividades exercidas.

Utilizando-se pesquisa exploratória e bibliográfica, Santos *et al.* (2013) buscou estudar a evolução das entidades religiosas no Brasil, além de realizar uma pesquisa sobre a conformidade com as normas contábeis no processo de escrituração. Como conclusão percebe-se que a escrituração é realizada de forma correta, porém não há uma grande fiscalização pelos órgãos competentes do estado e, portanto, não é possível afirmar uma veracidade das informações ali expressas.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

Esta pesquisa seguiu a linha metodológica exploratória com a finalidade de possibilitar e gerar uma maior discussão acerca do tema, trazendo novos dados e relevâncias importantes, a fim de que possa analisar o conhecimento de gestão do universo explorado.

Realizou-se primeiramente uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de embasar teoricamente o estudo sobre a análise do conhecimento gerencial nos cargos de liderança de paróquias. As referências utilizadas foram selecionadas por meio de levantamento bibliográfico em bases de dados acadêmicas, livros, periódicos e outros materiais relevantes sobre o tema.

O trabalho foi realizado como pesquisa qualitativa, buscando verificar como é realizado o controle e as ferramentas utilizadas para gerir as paróquias estudadas, através da aplicação de entrevistas, sendo foco da pesquisa paróquias de uma diocese da Igreja Católica do estado de Minas Gerais.

#### **3.2 Estratégia e Coleta de Dados**

As entrevistas foram conduzidas com os párocos das igrejas selecionadas em Minas Gerais, no período de março a maio de 2023. Ao todo foram entrevistadas 9 paróquias e 3 representantes da cúria diocesana através de entrevistas transcritas. Foi adotada uma abordagem qualitativa, utilizando entrevistas estruturadas como instrumento de coleta de dados. O roteiro

das entrevistas foi elaborado com base nos objetivos da pesquisa e nas questões relevantes relacionadas aos conhecimentos contábil-financeiro e gerencial nos cargos de liderança das paróquias.

Para preservar a confidencialidade e garantir a ética da pesquisa, foram adotadas medidas de anonimato, não sendo inserido o nome das citadas organizações pesquisadas e garantindo que os dados coletados fossem utilizados apenas para fins acadêmicos.

#### **4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS**

Como forma de analisar as paróquias em questão, necessitou-se criar um perfil de cada uma. O primeiro dado a se verificar tratou-se do número de fiéis da paróquia, sendo que, das 9 paróquias entrevistadas, 4 responderam à alternativa que indicava haver de 700 a 1500 fiéis participantes, 2 responderam ser abaixo dessa faixa e 3 apontaram acima de 1500 fiéis.

O segundo quadro necessário tratava-se da caracterização do Conselho Econômico/Administrativo de cada paróquia para que se obtivesse, assim, um perfil dos auxiliares do pároco. Como resultado obteve-se o retorno que, das 9 paróquias, 8 possuíam Conselho Administrativo Paroquial, tendo como participantes, cada uma, mais de 5 participantes, com idades diferenciadas acima de 18 anos, de ambos os gêneros. Em relação à paróquia que informou não ter Conselho Administrativo, esta informou que possui um Conselho com 1 membro de cada pastoral, chamado de Conselho Pastoral.

O tempo de envolvimento de cada conselheiro no referido Conselho diverge em algumas paróquias, porém em sua grande maioria, sendo 6 delas, o tempo de atuação é de 2 anos, podendo ser renovado. Nas demais pode-se realizar o mandato entre 3 e 4 anos. Além disso, assim que ocorre a mudança de pároco, o conselho é destituído, sendo criado um novo conselho após a chegada do novo líder.

Acerca da formação tanto do pároco, quanto dos conselheiros, a resposta recebida, em unanimidade, tratava-se da diversidade de profissões, sendo que algumas teriam relação com a parte de gestão, contábil e financeiro.

E002: [...] Não criamos esse critério para participar do Conselho. A maioria dos conselheiros foram se destacando na liderança e capacidade de organização que fui percebendo. [...] Tenho conselheiro que possui mercado, fazendeiro, mas também tenho uma que é formada em contabilidade.

Para entender o dia a dia da paróquia necessitou-se compreender e pesquisar a origem e destino das receitas da instituição, bem como os responsáveis pela administração delas. A fim de conseguir receitas para o funcionamento das igrejas, as paróquias realizam festas, angariam doações, dízimo e coleta das missas, além de taxas para a realização de batizados, casamentos e formaturas.

O controle desses valores, em cada paróquia, foi informado por um responsável diferente: em duas paróquias havia a secretária paroquial que era responsável também pelo controle financeiro daquela instituição, que junto com o padre e o conselho econômico definiam os destinos dos valores arrecadados. Em outras seis, o controle é realizado apenas pelo conselho e o pároco, sendo eles também responsáveis pelo controle financeiro. E, ainda existe outra paróquia entrevistada, a qual os responsáveis por esse controle eram apenas o pároco e a secretária.

Após a caracterização dos responsáveis pelo controle gerencial, financeiro e contábil da operação, fez-se necessário a informação de onde seriam registradas essas informações, tanto para controle interno quanto externo. O resultado desse questionamento foi informado pelas paróquias, sendo que apenas informam os dados financeiros para o centro diocesano (cúria). Dada essa informação, fez-se necessária uma entrevista junto a cúria para que houvesse um maior entendimento do registro dessas informações.

Em entrevista com a cúria, foi informado que as secretarias servem como fonte de dados contábeis e financeiros que são registrados em um sistema unificado e a diocese faz a consolidação dos dados, visto que existe apenas um CNPJ para toda a diocese, e as paróquias funcionam apenas como filiais. Além disso, o sistema eletrônico unificado é aprovado pela Receita Federal. Tal iniciativa, deu-se devido à necessidade de segurança institucional, visto que assim a diocese conseguiria assegurar a fidedignidade das informações passadas aos usuários, sobretudo ao governo, ao qual a instituição religiosa possui concessões legais.

E010: [...] Imagine cada paróquia passando informações diferentes, teríamos com toda certeza uma dificuldade com o sistema governamental. Além disso, é com base nesses dados que conseguimos ter visibilidade de toda a organização diocesana.

Outro ponto estudado tratou-se das ferramentas de gestão utilizadas pelas instituições para gerenciamento contábil e financeiro da entidade. Dos 9 casos estudados, apenas 2 apontaram o conhecimento dos relatórios dentro da plataforma utilizada para consolidação dos dados à cúria, porém informaram que não se utilizavam dessas informações para tomada de decisão, sendo utilizadas apenas para prestação de contas aos fiéis.

E005: [...] Sei que existe um relatório dentro do sistema, mas só imprimimos parte dele para expor o quanto arrecadamos aquele mês.

Através da análise dos dados coletados, pode-se perceber que, apesar de haver diversas ferramentas gerenciais, contábeis e financeiras, como as elencadas por Silva (2009) e Alves (2017), a tomada de decisões por parte das lideranças acerca da gestão financeira das paróquias dá-se em grande parte por outros modos alheios a essas ferramentas, visto que a realização dos relatórios obrigatórios são utilizados apenas como forma de prestação de contas à diocese e aos órgãos governamentais e não como forma de auxílio e norteamto da gestão financeira, diferente do exposto no estudo de Faria e Rego (2014).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo teve como objetivo analisar o conhecimento e a utilização de ferramentas gerenciais como forma de gestão e controle empresarial das paróquias da Igreja Católica de uma diocese de Minas Gerais diante da complexidade das atividades e formalidades realizadas dentro de instituições religiosas.

A pesquisa revelou que o conhecimento gerencial dos líderes religiosos das paróquias da Igreja Católica ainda é limitado, e que existem desafios e dificuldades para uma gestão eficaz. A falta de familiaridade com ferramentas de gestão, contabilidade e estratégia tem impacto negativo na continuidade e segurança das instituições religiosas.

É importante destacar que as entidades religiosas, assim como as demais organizações do terceiro setor, desempenham um papel fundamental na sociedade, atuando em áreas como saúde, educação e assistência social. No entanto, é necessário que essas organizações adotem uma gestão eficiente e transparente, prestando contas de suas atividades e divulgando seus demonstrativos financeiros. Isso aumenta sua credibilidade perante a sociedade e as instituições financeiras.

A contabilidade, como ferramenta gerencial, desempenha um papel essencial na gestão das entidades do terceiro setor, incluindo as organizações religiosas. A utilização adequada da contabilidade pode fornecer informações valiosas para a tomada de decisões e contribuir para o crescimento e eficácia dessas instituições.

No entanto, o desenvolvimento da capacidade gerencial nas organizações do terceiro setor, incluindo as religiosas, ainda é um desafio. É necessário investir na formação e no

aprimoramento dos gestores, para que eles possam lidar de forma eficaz com os desafios financeiros e administrativos enfrentados pelas instituições religiosas.

A pesquisa contribui para ampliar o estudo e o debate sobre a gestão das organizações religiosas, visando gerar maior segurança nas informações e nos valores dessas instituições, bem como dos fiéis que delas participam. A contabilidade desempenha um papel fundamental nesse contexto, servindo como base para a tomada de decisões e o controle da gestão empresarial, também dentro das organizações religiosas. Sugere-se como pesquisas futuras a ampliação na quantidade de dioceses e paróquias a serem investigadas.

## REFERÊNCIAS

- ALVES, Ezequias Lima *et al.* A contabilidade financeira como ferramenta de gestão em uma entidade sem fins lucrativos: um estudo de caso em uma instituição religiosa no sul maranhense. **Revista Científica: Faculdade de Balsas**, [s. l.], ano 8, v. 8, n. 32-43, ed. 1, 2 abr. 2017. Disponível em: <https://www.unibalsas.edu.br/revista/>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- BERNARDES, Matheus da Silva. A Igreja Católica na Pandemia. **Pensar: Revista eletrônica da FAJE, Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia**, ano 2020, v. 11, ed. 2, p. 61 - 76, 11 jun. 2020. Disponível em: [https://www.faje.edu.br/article > download](https://www.faje.edu.br/article/download). Acesso em: 28 ago. 2022.
- CAMELO, Augusto César Oliveira *et al.* A importância do gerenciamento contábil para as organizações do terceiro setor. **Enfoque Reflexão Contábil**, [s. l.], v. 25, ed. 2, p. 41-54, 1 ago. 2006. Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/Enfoque/article/view/3493>. Acesso em: 18 nov. 2020.
- CARNEIRO, Alexandre de Freitas *et al.* Accountability e Prestação de Contas das Organizações do Terceiro Setor: Uma Abordagem à Relevância da Contabilidade. **Revista UFRJ**, Rio de Janeiro, v. 6, ed. 2, p. 90-105, 28 nov. 2011. DOI [https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v6i2.13240](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13240). Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/scg/article/view/13240>. Acesso em: 19 nov. 2020.
- CHENG, Ângela; MENDES, Márcia Martins. A importância e a responsabilidade da gestão financeira na empresa. **Caderno de Estudos**, [s. l.], v. 1, p. 1-10, 1 jul. 1989. DOI <https://doi.org/10.1590/S1413-92511989000100002>. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511989000100002&script=sci\\_abstract](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-92511989000100002&script=sci_abstract). Acesso em: 20 nov. 2020.
- CNBB – CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (Religião). **Organização Religiosa: Uma tentativa de Construção Conceitual**. In: O MARCO Jurídico das Organizações Religiosas. 1. ed. Brasília - DF: Edições CNBB, 2019. cap. As organizações Religiosas, p. 37-40.
- FALCONER, Andres Pablo. **A Promessa do Terceiro Setor: Um Estudo sobre a Construção do Papel das Organizações Sem Fins Lucrativos e do seu Campo de Gestão**. 1999. 24 p. Monografia (Bacharelado em Administração) - Centro de Estudos em Administração do Terceiro Setor, São Paulo, 1999. Disponível em: <https://sinapse.gife.org.br/download/a-promessa-do-terceiro-setor-um-estudo-sobre-a-construcao-do-papel-das-organizacoes-sem-fins-lucrativos-e-do-seu-campo-de-gestao>. Acesso em: 17 nov. 2020.
- FARIA, Juliano Almeida de; REGO, André Lourenço da Silva. Transparência nas entidades religiosas: um estudo de caso sobre a aplicação de fatores que contribuem para a transparência

financeira na Paróquia Senhor do Bonfim. **Revista de Teologia e Ciências da Religião da UNICAMP**, [s. l.], v. 4, ed. 1, p. 267 - 299, 1 dez. 2014. DOI <https://doi.org/10.25247/2237-907x.2014v4n1.p267-300>. Disponível em: <http://www.unicap.br/ojs/index.php/theo/article/view/457>. Acesso em: 17 nov. 2020.

FRANÇA, João Victor Mesquita. **Importância da Contabilidade em Instituições Religiosas**. Orientador: Daniel Ferreira Hassel. 2018. 19 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Repositório Institucional AEE, Anápolis, 2018. Disponível em: <http://repositorio.aee.edu.br/handle/aee/8212>. Acesso em: 17 nov. 2020.

GOLLO, Vanderlei *et al.* **Evidenciação contábil em entidades brasileiras de Terceiro Setor**: adequação às normas brasileiras de contabilidade. *Revista ConTexto*, Porto Alegre, v. 14, ed. 27, p. 104-116, 30 ago. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConTexto/issue/view/2277>. Acesso em: 17 nov. 2020.

IBGE (Brasil). **FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil**. In: IBGE (Brasil). *FASFIL - As Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos no Brasil*. 1. Brasil: IBGE, 12 maio 2016. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/outras-estatisticas-economicas/9023-as-fundacoes-privadas-e-associacoes-sem-fins-lucrativos-no-brasil.html>. Acesso em: 9 mar. 2023.

ISTO É (Brasil). **Máfia da batina**: corrupção e luxúria imperam em Igrejas Católicas do Brasil. 1. ed. Brasil: Isto é, 24 ago. 2019. Disponível em: <https://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2019-08-24/mafia-da-batina-corrupcao-e-luxuria-imperam-em-igrejas-catolicas-do-brasil.html>. Acesso em: 4 abr. 2023.

LIMA, Fernanda Évelin de Jesus Fortunato, *et al.* O Uso De Ferramentas De Finanças Para Controlar Recursos Nas Instituições Do Terceiro Setor. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO, 3, 2019, Nivari-MS. **Anais [...]**. Nivari: EIGEDIN, 2019. 13 p. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/EIGEDIN/article/view/8692>. Acesso em: 17 nov. 2020.

PIZA, Silvio Calazans de Toledo *et al.* A aderência das práticas contábeis das entidades do terceiro setor às normas brasileiras de contabilidade: um estudo multicaso de entidades do município de São Paulo-SP. **Revista de Contabilidade do Mestrado de Ciências Contábeis da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 17, ed. 03, p. 78-97, 1 dez. 2012. DOI <https://doi.org/10.12979/rcmccuerj.v17i3.5346>. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rcmccuerj/article/view/5346>. Acesso em: 17 nov. 2020.

QUEIROZ, Lílian Régia dos Santos. Instituições Religiosas: uma análise sobre a utilização da contabilidade no apoio à gestão. **Revista de Administração e Contabilidade - RAC**

(CNEC), [s. l.], v. 17, ed. 33, p. 19-33, 1 jun. 2018. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/229768505.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2020.

SANTOS, Ana Isabel Queiroz *et al.* Entidades religiosas: um estudo sobre seus aspectos fiscais, contábeis e societários. **Semana Acadêmica**, [s. l.], v. 1, ed. 17, 10 jul. 2013. Disponível em: <https://semanaacademica.org.br/artigo/entidades-religiosas-um-estudo-sobre-seus-aspectos-fiscais-contabeis-e-societarios>. Acesso em: 20 nov. 2020.

SEBRAE (Brasil). **Entenda o que são OSCIPs e como elas funcionam**. In: SEBRAE (Brasil). Entenda o que são OSCIPs e como elas funcionam. 1. Brasil, 25 mar. 2020. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/arquivos/entenda-o-que-sao-oscips-e-como-elas-funcionam,bc91c97a0a9de710VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em: 8 fev. 2023.

SILVA, João Bernardes da. **Prestação de contas e contabilidade nas entidades religiosas**. Orientador: Estela Pitwak Rossoni. 2009. 23 p. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) - Departamento Acadêmico de Ciências Contábeis, Cocal, 2009. Disponível em: <https://www.ri.unir.br/jspui/handle/123456789/899>. Acesso em: 19 nov. 2020.

VERISSIMO, Maria Aparecida Carvalho *et al.* A contabilidade como ferramenta de disclosure para as organizações religiosas. **Revista de Auditoria e Governança e Contabilidade**, [s. l.], v. 8, ed. 35, p. 73-90, 5 jul. 2020. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/ragc/index>. Acesso em: 18 nov. 2020.